



Artigo

“*Meu twitter, minhas regras*”: as pautas de costumes na educação bolsonarista

“*My twitter, my rules*”: the customs’ agenda in bolsonarist education

Rafael Siqueira de Guimarães*¹, Cleber Rodrigo Braga de Oliveira**²

*Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna-BA, **Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá-AP, Brasil

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar como as pautas de costumes estiveram presentes em um dos espaços oficiais, o *twitter* do ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub, que esteve à frente do Ministério da Educação, entre abril de 2019 e junho de 2020. Para tanto, nós nos dedicamos a examinar os discursos publicados nas postagens – chamadas de tuítes, nessa rede social – que identificamos como referentes a pautas de costumes, ligadas à moralidade, tendo especificidade de se relacionarem a alguma ação do MEC ou não. Como resultado dessa análise, encontramos processos comuns ao bolsonarismo, como a deslegitimação do conhecimento, em especial das Ciências Humanas e Artes, as teorias alarmistas sobre balbúrdia nas Universidades, a inversão acusatória contra opositores e marcas de rancor expressas em apropriações discursivas advindas das redes sociais, como a *trollagem* e a *lacrção*. A atuação do ex-dirigente expõe como essa comunicabilidade com a massa de apoio bolsonarista o colocou num papel de vice-liderança e, ao mesmo tempo, impactou as ações do Ministério, o qual balizou suas decisões em pautas morais.

Abstract

The aim of this study was to analyze how the customs’ agenda were present in one of the official spaces, the *twitter* of ex-Minister of Education Abraham Weintraub, between April 2019 and June 2020. We dedicate to analyze the discourses in the posts - called tweets on this social network - that we identify as referring to customs’ agenda, linked to morality, having specificity to be related to some MEC action or not. As a result of this analysis, we find processes common to bolsonarism, such as the delegitimization of knowledge, especially in the Humanities and Arts, the alarmist theories about shambles in the Universities, the accusatory inversion against opponents and resentment marks expressed in discursive appropriations coming from social networks, like trolling and sealing. The ex-manager’s performance exposes how this communicability with the mass of bolsonarist support placed him in a role of vice-leadership and at the same time impacted the actions of the Ministry, which guided his decisions on moral guidelines.

Palavras-chave: Bolsonarismo, Educação, Redes Sociais, Moralidade.

Keywords: Bolsonarism, Education, Social Networks, Morality.

¹Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia. ORCID id: <http://orcid.org/0000-0001-9864-9825> E-mail: rafaorlando@gmail.com

² Professor da Universidade Federal do Amapá. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-4907-7573> E-mail: cleberbrag@gmail.com

1. Introdução

O bolsonarismo pode ser caracterizado como uma nova face da extrema-direita brasileira (RIBEIRO, 2020). Suas bases principais são o protestantismo e o militarismo, o que conflui com as ideias de Almeida (2019), que apresenta o bolsonarismo como parte de uma “onda conservadora”, a qual se conecta com a derrocada de governos de esquerda e centro-esquerda, em toda a América Latina, e não apenas no Brasil.

Uma das estratégias mais utilizadas pelo bolsonarismo, na campanha eleitoral, foi a atuação nas redes. Cesarino (2019) aponta cinco funções utilizadas para dar conta da discursividade, nas plataformas digitais que lhe agregaram votos:

(...) mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios; espelho invertido do inimigo e devolução de acusações; e criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (notadamente, a academia e a imprensa profissional) (CESARINO, 2019, p. 533).

Essas estratégias de mobilização nas redes se inserem no contexto da defesa evidente das pautas conservadoras que rechaçam os direitos humanos, no sentido de identificá-los como parte de constructos que estariam ligados aos seus opositores (da esquerda e centro-esquerda), sendo, portanto, uma necessidade premente que sejam desqualificados. Aliando-se à onda conservadora (ALMEIDA, 2019) e tendo como base o protestantismo e o militarismo (RIBEIRO, 2020), a proposição bolsonarista se baliza em duas noções: família tradicional e meritocracia (SILVA, 2019). A meritocracia não é apenas um valor conservador, mas também de espectro liberal, mas, como nos interessa especificamente neste artigo, está relacionada diretamente, no bolsonarismo, às pautas de costumes, sob a égide da noção de “família tradicional”.

Considerando esses elementos basilares, entendimentos globais sobre direitos humanos seriam formas de, empregando a estratégia do espelho invertido do inimigo (CESARINO, 2019), defender bandidos e priorizar sujeitos sem méritos (SILVA, 2019), por meio de políticas públicas, por exemplo, de cotas e de auxílios econômicos. Essa inversão, como aponta Cesarino (2019), deslegitima a produção de conhecimento, nessas áreas. A tática evidencia e – se levarmos em conta a produção maquínica institucional – se intensifica nas múltiplas esferas da atuação pública do governo, ficando visível, como podemos observar posteriormente à eleição de Jair Bolsonaro, como uma tática que se reifica com a sua chegada à Presidência.

No âmbito da Educação, Silva Sobrinho, Oliveira e Santos (2019) analisaram os discursos presentes no movimento de Defesa da Educação, ocorridos em maio de 2019, em face do que os autores chamaram de “ataques” à Educação, mas que reinterpretemos como partes das estratégias conservadoras que delimitam modos de organizar as políticas públicas, desde a meritocracia e o conservadorismo, em aliança, como propomos desde o início deste artigo. Segundo os autores, o movimento de defesa da Educação se organizou como um movimento de

contraponto não apenas às políticas liberais de cortes à educação, em especial nas Universidades, mas também aos critérios adotados para tanto – a hierarquização do conhecimento entre ciências humanas e ciências exatas e biológicas, por exemplo. Entretanto, podemos observar que o mesmo movimento não se colocou frontalmente contrário à expressão “balbúrdia”, a qual intencionava delimitar todas as atividades educacionais (em específico, universitárias) que não estavam de acordo com os valores da família tradicional, denotando, portanto, que a polarização construída foi tomada pelo movimento como um mote para uma afirmatividade da ciência, contudo, não necessariamente de pautas que se contrapõem ao conservadorismo, de modo mais radical.

Valim e Fernandes (2020) e Barros (2020) asseveram como, em todos os âmbitos das políticas públicas, nos primeiros meses do Governo Bolsonaro, os direitos das mulheres, das pessoas LGBT, das pessoas negras e indígenas são aviltados, através de inúmeros atos do Executivo. Ora, mesmo que o Movimento Escola Sem Partido não tenha conseguido articular politicamente a criação, como almejava, de uma Lei que visa à vigilância educacional, está no interior do governo, sendo legitimado por outras estratégias legais, as quais envolvem Portarias, Resoluções e definições orçamentárias, além da operação institucional de uma discursividade imagética.

Tais pautas conservadoras, associadas a uma moral específica da “família tradicional”, balizada, conforme já mencionamos, em especial pelo protestantismo, chamaremos de pautas de costumes, consideradas por Reis (2020) um círculo importante de estruturação do bolsonarismo. De acordo com o autor, esse círculo é dimensionado nas igrejas evangélicas, que estão

(...) aglutinadas em torno de pautas conservadoras relativas aos costumes e com importante expressão parlamentar (bancada da Bíblia). Cultivam notória aversão às demandas das lutas identitárias e ao consumo das drogas (REIS, 2020, p. 9).

Embora, segundo o autor, não constitua um círculo monolítico, como evidenciado por Silva (2019), Valim e Fernandes (2020) e Barros (2020), tem sido um importante movimento no sentido de fortalecer o estilo de governo bolsonarista, aliando essas pautas ao modelo liberal adotado para a política econômica, em todos os seus desdobramentos. Chamaremos de pautas de costumes, no plural, pois compreendemos que, ao mesmo tempo em que a lógica bolsonarista trata pautas de direitos humanos e de minorias como parte de um mesmo amálgama, ao refutarmos tomá-las do mesmo modo, porém, pela sua pluralidade, refutamos também essa discursividade.

Interessa-nos, neste artigo, verificar como as pautas de costumes estiveram presentes em um dos “espaços oficiais”, o *twitter* do ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, o qual esteve à frente do MEC entre abril de 2019 e junho de 2020. Para tanto, nós nos dedicaremos a analisar os discursos presentes nas postagens – chamadas de tuítes, nessa rede social – que identificamos como referentes a essas pautas, tendo especificidade de se relacionarem a alguma ação do MEC ou não, já que, por meio das análises de Silva (2019), Valim e Fernandes (2020) e Barros (2020), não necessariamente essas pautas se efetivaram em atos legitimados por ações do governo. Conforme assevera Cesarino (2019), nas redes

sociais, cria-se um outro corpo do líder Bolsonaro, que estende sua corporeidade às manifestações de seus seguidores, presentificando-se para além do que advém de seu próprio corpo físico, como se viu no episódio do atentado à faca que o então candidato sofreu, em 2018. Da mesma maneira, compreenderemos esses discursos para além de uma ligação direta com ações, denotando que se cria um *corpus* discursivo mais amplo.

A perspectiva que adotamos para as análises parte de uma visão qualitativa, portanto, não apresentaremos dados quantitativos sobre os tuítes do ex-Ministro, todavia, contemplaremos apenas tuítes escritos por ele e não compartilhamentos de tuítes de outras pessoas, apesar de alguns tuítes conterem vídeos na companhia de outras pessoas e também frases e figuras, as quais são usadas para a argumentação exposta, mas mantendo como base a escrita de Abraham Weintraub como *corpus* principal. Para a análise discursiva que realizamos, tivemos como base a perspectiva foucaultiana de análise, na qual,

(...) em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2007, p.8-9).

Tendo em vista o que o autor denominou vontade de saber, que incide efetivamente sobre quais discursos são evidenciados e a forma como o são, Foucault (2007) chama a atenção para os procedimentos de exclusão e, em especial, nós nos dedicamos a eles: 1. por meio do interdito: refere-se aos discursos tornados tabus e invisibilizados; 2. pela distinção e rejeição: quando se rejeita, por uma suposta falta de racionalidade, o discurso de um determinado sujeito. O espelho invertido e a negação de discursos acadêmicos e da imprensa profissional (CESARINO, 2019) atuam no sentido de criar operações de exclusão, por intermédio do interdito e da distinção e rejeição, refletindo na lógica do sistema bolsonarista. Ao mesmo tempo, o espaço empírico do discurso, concordando com Cesarino (2019), se dá na atuação das redes, corporificando-se na relação direta do então ministro, uma espécie de “vice-líder”, operador importante do bolsonarismo, o qual, vez ou outra, também adere a outra característica dessa lógica, as teorias conspiratórias.

Apesar de o *twitter* do ex-Ministro ser uma conta pessoal e não institucional, como menciona seu proprietário (Figura 1), há alguns anos, perfis de usuários que possuem cargos representativos têm sido considerados comunicações oficiais, inclusive havendo decisão da justiça estadunidense, nesse sentido, datada de 23 de maio de 2018, proibindo o Presidente Donald Trump de bloquear usuários exatamente por sua conta ter sido concebida como oficial e não pessoal³. Ainda que o ex-Ministro tenha bloqueado diversos perfis que o criticavam, sem seguir essa compreensão, há manifestações de realizações do MEC, entre suas postagens, de sorte que as manifestações que analisamos dizem respeito à condução do Ministério à época, direta ou indiretamente. Nesse sentido, este estudo se baseia no entendimento de que a conta analisada é, de fato, uma comunicação oficial.

3 <https://www.conjur.com.br/2018-mai-28/juiza-declara-ilegal-bloquear-criticos-twitter-trump-ignora> Acesso em 15 mai 2020.

Figura 1 – Imagem da descrição do perfil



Fonte: *Twitter*

2. A imagem assustadora: deslegitimação do legado educacional de Paulo Freire

Em inúmeras postagens, tanto próprias como compartilhadas, o ex-ministro faz alusão a Paulo Freire, considerado o patrono da Educação Brasileira e o único autor de nacionalidade brasileira a figurar entre os livros mais consultados entre Universidades de língua inglesa. O autor foi exilado do Brasil, durante a ditadura militar, após ter sido convidado pelo presidente deposto João Goulart para preparar o Plano Nacional de Alfabetização, tendo sido, após o período de ditadura, nos anos 1990, Secretário Municipal de Educação em São Paulo. O conjunto de sua obra é lido e discutido nas formações de pedagogia e licenciaturas, no Brasil, dando embasamento teórico-prático à área, e, pelo título de patrono, no MEC existe um Mural em sua homenagem.

O ataque a Paulo Freire, como um intelectual que teria sido muito importante para a esquerda e sua governabilidade, não apenas na Educação, foi bastante evidente, durante as manifestações em favor do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Roussef, bem como esteve muito presente no processo eleitoral de 2018. Retomando Cesarino (2019), podemos asseverar que sua presença nos tuítes do ex-Ministro constrói uma discursividade apoiada em duas características: a deslegitimação da produção acadêmica e o conteúdo alarmista.

Segundo pode ser observado nas Figuras 2 e 3, a vontade de saber expressa no discurso do sujeito (FOUCAULT, 2007) opera por rejeição, pois, ao ressaltar, nas duas ocasiões, o nome de Paulo Freire, trata de rejeitar seu legado, reconhecido na comunidade nacional e internacional, desqualificando, assim, o conhecimento produzido por e a partir de Paulo Freire. A produção acadêmica é considerada pelo ex-Ministro como “esquerdista” e de má qualidade, frisando também, de forma alarmista, a necessidade de sua substituição, atribuindo ao seu legado os resultados abaixo da média na educação.

Figura 2 – Tuíte com referência a Paulo Freire (1)



Fonte: *Twitter*

Figura 3 – Tuíte com referência a Paulo Freire (2)



Fonte: *Twitter*

Chama-nos a atenção como os dois tuítes se comunicam intergeracionalmente, numa política discursiva que pode parecer contraditória. Na Figura 2, o ex-Ministro faz referência a um de seus diretores, do espectro liberal, do ponto de vista político, mas ligado a pautas de costumes conservadores, e que defende, com o apoio do Ministério, um modelo de alfabetização fonético, enquanto, na Figura 3, o texto faz referência a uma frase do ex-monarca Dom Pedro II. Na configuração política do bolsonarismo, as ideias, desde que sejam usadas para deslegitimar um conhecimento que se deve rechaçar, são possíveis de serem entretecidas no discurso como próximas. Reis (2020) chama a atenção para as alianças dos movimentos conservadores do século XXI, as quais, por consequência, se refletem no bolsonarismo:

Uma aliança instável, original, de novo tipo. As tentativas de reduzi-la a um de seus componentes tendem a perder de vistas as especificidades do novo animal político que surgiu nesse momento histórico e que nada indica possa ser enfraquecido ou superado a curto e a médio prazos (REIS, 2020, p. 4).

A imagem “moderna” de um método de alfabetização lúdico e o autoritarismo monárquico, por conseguinte, são muito compatíveis entre si. Desdobram-se como modo de operar, no sentido de balizar, por meio de uma discursividade de deslegitimação e alarmismo, uma suposta proposição de ações – no caso, a alfabetização, campo de trabalho de Paulo Freire –, mesmo que estas sejam questionadas por especialistas da área, em todo o mundo. A afirmação no discurso oficial pronunciado pelo vice-líder, numa comunicação direta com a massa (CESARINO, 2019), atua por esses caminhos, ratificando os atos do governo.

3. Universidade e balbúrdia: plantações de maconha e ideologia de gênero

Silva Sobrinho, Oliveira e Santos (2019) aludem a um momento importante da história universitária recente, antes ainda da eleição de Bolsonaro à presidência, que nos ajuda a compreender uma atmosfera de animosidade entre as Universidades Federais e o MEC. Em 2016, a Universidade de Brasília (UnB) foi processada por ofertar uma disciplina chamada “Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, sendo acusada de viés político-ideológico pelo então Ministro da Educação, Mendonça Filho. O processo foi acompanhado pelo Movimento Escola Sem Partido e Movimento Brasil Livre (MBL). Mais de 50 Universidades no país, em solidariedade à UnB, também ofertaram cursos dessa natureza, livres ou curriculares. Segundo lembram os autores, desde o início do governo, o Ministério da Educação vem empreendendo políticas de controle das Universidades, seja utilizando dispositivos legais que lhe permitem revogar processos de escolha de Reitorias, seja por controle orçamentário.

Os autores apresentam uma análise do movimento em defesa da educação, acontecido em maio de 2019, após cortes de recursos na Educação, que chegaram, nas Universidades e Institutos Federais, a 30% do orçamento. O movimento contou com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), sindicatos de classe e outros movimentos sociais, tendo promovido inúmeras manifestações por todo o Brasil, mostrando o embate do

então Ministro, sobretudo com a Educação Superior. Em 30 de abril de 2019, à Revista *Veja*⁴, o dirigente chegou a dizer que Universidades que fizerem “balbúrdia” teriam suas verbas reduzidas. Chamava de balbúrdia, na verdade, eventos e manifestações de todo tipo atinentes, em especial, às pautas de costumes: sexualidade fora dos padrões da família tradicional, envolvimento com movimentos sociais e antiproibicionistas.

O Ministro afirmava, também, de forma alarmista (CESARINO, 2019), que nas Universidades havia plantações de maconha e eventos com “gente pelada”. A corporificação desse vice-líder, operador do bolsonarismo, em um dos Ministérios mais importantes do governo, responsável por todas as Universidades e Institutos Federais, pelo Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica) e todos os mecanismos organizativos que regem a educação, no modelo federativo, compunha um diálogo com apoiadores bolsonaristas, no sentido de criar elementos, a partir do uso de imagens em eventos, às vezes, nem ocorridos na Universidade ou fora de contexto, relativos a uma deslegitimação do espaço universitário.

As pautas dos costumes se presentificam no sentido de governar o orçamento das Universidades, indicando, segundo essa perspectiva, como deve ser a Universidade e que tipo de assuntos devem ser estudados, quais sejam, aqueles que não estejam em desacordo com as pautas conservadoras. Inclui-se, nesse aspecto, o fato de que o ex-Ministro não teve como comprovar suas acusações mais radicais, como as plantações de maconha nos *campi* e eventos com “gente pelada”, embora tenha repetido, em inúmeros tuítes, imagens que intencionavam comprovar essas acusações. De qualquer maneira, num momento seguinte, de acordo com Silva Sobrinho, Oliveira e Santos (2019), os cortes atingiram de forma simultânea todas as Universidades e Institutos Federais, pois o discurso da balbúrdia já estava devidamente legitimado, o que pode ser acompanhado ao longo de todo o período no qual este foi o dirigente do MEC.

Como assevera Solano (2018), em pesquisa realizada sobre o apoio ao bolsonarismo, na cidade de São Paulo, duas características nos chamam a atenção: antifeminismo e valores cristãos. Conforme já referenciamos antes, em diálogo com Silva (2019), Almeida (2019) e Reis (2020), o protestantismo (ou evangelismo) é basilar dessa proposição política. Podemos relacionar, pelos resultados de Solano (2018), que esses valores, ao defenderem o que denominam família tradicional, são contrários às pautas “feministas”. Não é nosso objetivo aqui discutir os feminismos como movimentos plurais e com histórias bastante longas e, muitas vezes, contraditórias entre si: apenas nos cabe mencionar que a ideia de “antifeminismo” aparece em contraposição aos valores cristãos. Ou seja, nesse viés, o apoio a um antifeminismo está relacionado diretamente aos direitos sexuais e reprodutivos, fruto das lutas feministas, as quais se desdobraram também com e em aliança com movimentos LGBTI, *queer* e movimentos pela igualdade racial, em especial o movimento negro.

Ao abraçar o “antifeminismo”, a massa de apoio (CESARINO, 2019), sob a égide de valores cristãos e outros valores conservadores, rechaça todo tipo de liberdade dos corpos que esteja desconectado da família tradicional, considerando

4 <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/> Acesso em 05 jun 2020.

defesa de direitos humanos como “balbúrdia”, próximo do que aponta Silva (2019). Desse modo, essa discursividade se constitui intencionalmente pelo interdito (FOUCAULT, 2007), num ordenamento nitidamente repressivo, o qual argumenta em favor da interdição, inclusive orçamentária. A verdade se naturaliza numa determinada época e, assim, por meio da disseminação pelas outras redes sociais, promove o diálogo do vice-líder com a massa (CESARINO, 2019).

Segundo podemos ver, no tuíte de 05 de março de 2020 (Figura 4), muito após os embates com a questão da suposta “balbúrdia” nas Universidades, fica bastante evidente essa discursividade: as características de mulheridade, estrangeiridade e pessoa com cabelo colorido assumem uma face de um suposto “feminismo” – que teria a ver com alguma característica que muito ligeiramente nomeamos aqui de “libertária”. Tratada de maneira jocosa, por rejeição (FOUCAULT, 2007), deslegitima, manipulando discursivamente um conhecimento construído há muitos anos por cientistas e militantes nacional e internacionalmente sobre as relações de gênero, transformando-o em “ideologia de gênero”.

Na realidade, a categoria ideologia de gênero sequer existe, do ponto de vista científico, já que gênero é uma identidade (para algumas correntes teóricas, desidentidade) e, como aponta Junqueira (2018), essa noção, enquanto cenário político-discursivo, se constituiu a partir de uma cruzada religiosa fundamentalista, iniciada na Igreja Católica, apoiada por instituições de governo e, portanto, representa uma verdadeira cruzada em favor de pautas conservadoras, tornando-se um mote discursivo, que inclusive se apoia, na concepção de Lionço (2019), nos conhecimentos construídos sobre as relações de gênero, invertendo seus sentidos e dando a eles matizes conservadores, a fim de defender a verdade do sexo biológico.

Figura 4 – Tuíte com referência à Ideologia de Gênero



Fonte: *Twitter*

O tuíte propõe uma extensão do que Cesarino (2019) observou, em relação ao líder Bolsonaro, relacionando-se a uma comunicação oficial direta do vice-líder e apoiadores, convidando-os à interação. O ex-Ministro, atualmente, possui mais de 900 mil seguidores, o que, no *Twitter*, tem um significado bastante importante, já que representa 1/6 do número de seguidores do Presidente da República. A cruzada contra o gênero se coloca nitidamente como uma pauta de costume a ser defendida, através do interdito, da rejeição, da comunicação direta, da deslegitimação e da manipulação discursiva.

4. Somos todos miscigenados: racismo e negação do racismo

Uma das situações decisivas para a saída do ex-Ministro do MEC, em junho de 2020, foi uma postagem em seu *twitter*, mais uma evidência do quão institucional é a rede pessoal de um dirigente de alto escalão de governo. A situação é bastante conhecida, remetendo ao uso de um personagem de Maurício de Sousa, o Cebolinha (Figura 5), que tem a característica de trocar a letra R pela letra L,

fazendo alusão à dificuldade que chineses teriam com a pronúncia do R, como o referido personagem.

Figura 5 – Tuíte com referência à China



Fonte: *Twitter*

O tuíte está em acordo com as manifestações tanto de Bolsonaro e seus apoiadores como de Donald Trump e seus apoiadores, os quais, baseando-se em teorias conspiratórias e alarmistas (CESARINO, 2019), fazem acusações infundadas, segundo estudos recentes, de que o coronavírus (Covid-19) seria um vírus chinês, inclusive com algumas argumentações no sentido de ter sido usado como arma biológica contra o Ocidente. Essa situação levou a manifestações oficiais da Embaixada da China no Brasil⁵ e, posteriormente, tornou-se processo judicial por crime de racismo praticado pelo ex-Ministro.

As manifestações alarmistas em relação à China são comuns entre apoiadores de Bolsonaro, demonstrando como a comunicação liderança-massa funciona, tendo também vários parlamentares apoiadores do Presidente se pronunciado nesse sentido. Manifestações de racismo contra pessoas amarelas (asiáticas e seus descendentes, especialmente chineses) tem sido um tema bastante discutido e, como o racismo voltado a pessoas negras e indígenas, também é fruto da colonialidade branca europeia, podendo estar presente explicitamente e até mesmo em imagens críticas, como assinala Guimarães (2020) sobre a publicação "Sopa de Wuhan", que levou a um manifesto de intelectuais de todo o mundo, questionando seu projeto gráfico, o qual fazia referência a isso.

No mesmo sentido, o ex-Ministro também criou uma falsa simetria entre a "Noite dos Cristais Quebrados" e uma Operação da Polícia Federal (PF), no inquérito das *fake news*, chegando próximo a apoiadores de Bolsonaro⁶. De cunho explicitamente antissemita, portanto, racista, o momento histórico vivido durante o período nazista constituiu uma perseguição a judeus, enquanto a operação da PF decorre de investigação. O ex-Ministro, amparando-se em alarmismo e conspiração

⁵https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/06/interna_politica,842685/embaixada-da-china-repudia-tuite-de-weintraub-fortemente-racista.shtml. Acesso em 10 jul 2020.

⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52870901>. Acesso em 10 jul. 2020.

e revertendo a acusação (CESARINO, 2019), constrói, por meio da rejeição (FOUCAULT, 2007), um discurso de que haveria a criação de uma espécie de mordaza, realçada também na sua imagem de perfil (Figura 1), na qual o ex-Ministro aparece amordaçado, em uma montagem com uma foto sua. A ideia de liberdade de expressão é utilizada como argumento para manifestações racistas, o que foi igualmente repudiado pela Comunidade Israelita.

Essas aproximações com temas mais gerais, ligados à política econômica e à política de saúde, sempre foram comuns no histórico do *Twitter*, mas se efetivam mais nos seus últimos momentos como Ministro. Todavia, a pauta de costume do “vitimismo” (SOLANO, 2018; BARROS, 2020) esteve presente – aliada à pauta liberal da meritocracia –, num claro posicionamento do então dirigente do MEC, num negacionismo explícito do racismo, aludindo à miscigenação do povo brasileiro, fruto das três raças, claramente associado ao mito da democracia racial, discurso disseminado pela colonialidade e que se desdobra nas manifestações do ex-Ministro. A desconstrução do mito da democracia racial, já amplamente analisado por Florestan Fernandes (2008), é um tema caro para a Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil, que, segundo Munanga (2006), tem estruturado o pensamento colonialista e conservador nas políticas públicas, o que levou movimentos sociais, em especial o movimento negro, a propor ações afirmativas, pensando numa reparação histórica da exclusão levada a cabo com esse viés.

Corroborando a discursividade da democracia racial, o ex-Ministro fala de si mesmo como descendente de negros e índios, e constrói uma narrativa sobre a escravidão não estar relacionada à cor de pele (Figura 6). Pela rejeição (FOUCAULT, 2007), num constructo discursivo que reproduz esse mito fundante da política brasileira e da formação de nossa sociedade, se desdobra, como último ato assinado por Abraham Weintraub, antes de deixar o Ministério, a Portaria nº 545, de 16 de junho de 2020, a qual revoga a Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, que normatiza a indução à implantação de cotas raciais e para pessoas com deficiência para Programas de Pós-Graduação. Mesmo que esse ato tenha se tornado sem efeito, em poucos dias após sua assinatura, e que o efeito nas políticas de cotas raciais e para pessoas com deficiência seja de gerência das Universidades, considerando sua autonomia pedagógica e administrativa, tratou-se de um ato normativo, de uma posição de sujeito imbuído do poder de legislar, refletindo os ideários já amplamente expostos em sua comunicação com apoiadores.

Figura 6 – Tuíte com referência à miscigenação



Fonte: *Twitter*

5. Para que serve um cientista?: desqualificação das Ciências Humanas e das Artes

Paulo Freire, o autor mais lido nas Universidades anglófonas, foi, certamente, o mais deslegitimado durante o período que analisamos neste estudo. Entretanto, como também já seguimos discutindo, outras correntes das ciências humanas, como os estudos de gênero e os estudos étnico-raciais foram, de certo modo, foco dessa mesma deslegitimação, quando se tornam pautas de costumes e não fenômenos histórico-sociais.

As ciências humanas são atacadas, de forma geral, no bolsonarismo. Como aponta Romancini (2018), a estratégia do Movimento Escola Sem Partido foi reivindicar uma mudança na educação, por conta de um elemento ligado a compreensões políticas que teriam sido impostas, segundo o movimento, para formação de militância, e não por questões orçamentárias ou estruturais. Esse movimento, base do bolsonarismo, é conservador e já vinha atuando nas redes sociais, desde 2004, de sorte a fazer uma crítica contundente, especialmente no que diz respeito ao ensino de ciências humanas, que teria se deslocado dos conteúdos propriamente ditos para o que chamam de doutrinação.

Os atores nesse processo de suposta doutrinação seriam as pessoas do corpo docente e da gestão da educação. Assim, não apenas Paulo Freire, mas professoras e professores, sobretudo das ciências humanas, devem ser controlados. Houve muitas tentativas do movimento para aprovar legislações que propõem vigilância do que se ensina, no sentido de excluir do espaço educacional as pautas de costumes, como gênero, sexualidades, relações étnico-raciais, luta de classes e outros marcadores de diferença, sem sucesso. Entretanto, tendo ligação direta com os operadores da máquina governamental e aqui, o que nos interessa, com o MEC, abre-se um espaço de fortalecimento dessa noção.

Na visão de Silva (2019), que colabora com os resultados da pesquisa realizada por Solano (2018), as características de apoio ao bolsonarismo são os valores cristãos. De acordo com Ribeiro (2020, p. 477), uma das características do bolsonarismo no poder é o

(...) desprezo pelas artes, cultura e humanidades em geral baseado em uma espécie de realismo materialista revestido de cristianismo ("a vida é como ela é" ou "a vida é como Deus quer que seja")

Desse modo, as disciplinas das humanidades e das artes, que não podem ser banidas totalmente dos currículos, seguindo os artifícios da rejeição (FOUCAULT, 2007), por meio de estratégias de deslegitimação (de um certo) conhecimento acadêmico (das humanidades e das artes) (CESARINO, 2019) são explicitadas no discurso oficial do ex-ministro no *Twitter*.

Figura 7 – Tuíte com referência às ciências humanas (1)



Fonte: *Twitter*

Ao reproduzir a fala do líder (Figura 7) – todavia, para além disso, reafirmar que ele mesmo, gestor máximo da Educação, já o havia feito antes, constrói uma narrativa que aponta no sentido alarmista e de inversão acusatória (CESARINO, 2019), a qual cria uma suposta verdade, não comprovada em números ou outros tipos de dados, de que haveria uma predominância de cursos de antropologia e filosofia em relação à área da saúde, reforçando a perspectiva do Movimento Escola Sem Partido, que, como assinala Romancini (2018), indica que essas disciplinas formam militantes políticos. Na Figura 8, a deslegitimação segue em direção a “autores vivos” da Educação e não apenas a Paulo Freire, pois jocosamente o ex-Ministro desqualifica Mario Sérgio Cortella, reconhecido filósofo da educação que tem sua trajetória ligada a Paulo Freire, e corrobora com isso o fato de que Cortella seria o indicado ao MEC, caso Bolsonaro tivesse sido derrotado na eleição, em 2018, e seu adversário, Fernando Haddad, tivesse assumido a Presidência da República.

Figura 8 – Tuíte com referência a Mario Sérgio Cortella



Fonte: *Twitter*

Em sua retórica discursiva, que opera pela rejeição, menciona a verdade (em letras maiúsculas), em contraponto à ideologia (usada tanto pelo bolsonarismo como pelo Movimento Escola Sem Partido como característica de militância de esquerda), num tom jocoso e sem apresentar dados. Basta à estratégia bolsonarista a deslegitimação das ciências humanas e das artes, apoiando-se em valores, conectando-se ao que ressaltam Silva (2019) e Ribeiro (2020). Essas estratégias de exclusão orçamentária de decisões sobre cursos de graduação ou pós-graduação não são possíveis de serem operadas pelo MEC, mais uma vez, pelo princípio da autonomia pedagógica e administrativa, entretanto, com a interveniência na CAPES (e também no CNPq), houve um processo de revisão de atribuição de fomento que tem centralizado os critérios gerais de avaliação igualmente dos Programas de Pós-Graduação. Isso levou os Coordenadores de Áreas de Avaliação da CAPES a elaborar um Manifesto⁷ contrário a essa política.

6. A colonialidade do espelho invertido: performance do rancor, cancelamento e *trollagem*

A expressão “*meu twitter, minhas regras*” (Figura 1), presente na biografia da conta de *Twitter* do ex-Ministro da Educação, faz menção direta à expressão “*meu corpo, minhas regras*”, popularizado em manifestações feministas que reivindicam autonomia feminina e não culpabilização de vítimas de crimes sexuais, a exemplo da Marcha das Vadias – iniciada na cidade de Toronto, em 2011, depois de um policial afirmar, em um fórum sobre segurança no ambiente universitário, que estupros seriam evitáveis, se as jovens não se vestissem como vadias (GOMES; SORJ, 2014).

7 <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/07/07/coordenadores-das-areas-de-avaliacao-da-capes-lancam-manifesto-contrario>. Acesso em 13 jul 2020.

A Marcha das Vadias se expandiu por muitas cidades do mundo e do Brasil, congregando um alto número de mulheres que se valiam da nudez e da sensualidade, trazendo na pele frases de efeito que questionavam o lugar delegado à mulher, no espaço público, desde uma apropriação do insulto machista – em um desvio da lógica patriarcal imposta, segundo a qual deveriam ser recatadas e do lar. Assim, a manifestação se diferenciou também de estratégias mais tradicionais, dentro do próprio feminismo, porque extrapolou a tematização do direito reprodutivo e suas implicações nas políticas públicas, para se centrar em “um modo de experimentação do corpo que, embora não prescindia de transformações na política, na cultura e nas relações interpessoais, é vivenciado como subjetivo.”(GOMES; SORJ, 2014, p. 438).

Nesse sentido, expressões como “meu corpo, minhas regras” se popularizaram em novos discursos feministas que desnudam o desejo e a autoafirmação ante um aparato repressor validado pelo Estado. No entanto, despertaram o ódio, por parte de parcelas mais conservadoras da sociedade, que se depararam forçosamente com um novo tipo de insurgência. Segundo Solano (2018), mesmo parte das mulheres apoiadoras do bolsonarismo interpreta o feminismo como vitimismo de um grupo que pretende se impor aos demais, tirando proveito das políticas sociais, como negros, indígenas e LGBTIs:

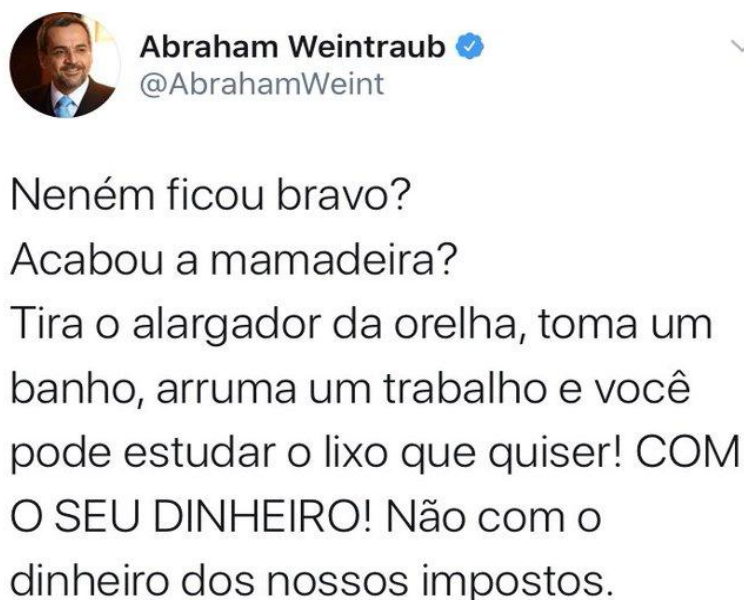
No contexto populista das inversões, essas minorias passam a ser vistas como “opressoras”: associação explicitada em termos como “ditadura gay” ou “feminazi”. Em outras palavras, o bolsonarismo ofereceu a essas pessoas uma nova identidade – a de direta e conservadora – onde antes só havia ambiguidade, confusão ou insegurança. Ofereceu não apenas um rótulo, mas um novo lugar de reconhecimento, liberdade e direitos: o direito de não ter de assumir uma identidade militante (mas que, num segundo momento, pode se tornar uma, só que no outro lado do espectro político); o direito de expressar abertamente o que era proibido pelo politicamente correto; o direito de não se sentir diminuído por não saber falar ou escrever corretamente; o direito de reivindicar conhecimento derivado da experiência e da trajetória de vida pessoais (“eu sei como foi a ditadura, pois eu vivi”) contra os ditames incompreensíveis de elites de especialistas; o direito de se sentir representado politicamente por alguém que parece ser igual a você, etc. Embora o conteúdo seja diametralmente oposto, num plano estrutural o apelo populista da nova direita se parece em muitos pontos com o da esquerda identitária. (SOLANO, 2018, p. 245-246) .

No caso da expressão “meu *twitter*, minhas regras”, o que presenciamos é um jogo mimético segundo o qual é mantido o ato de desnudar o próprio desejo, orgulhando-se disso – como o fazem as ativistas feministas da Marcha das Vadias –, sendo de natureza inversa, contudo, o conteúdo revelado. O imaginário da injustiça é reativado, mas em sentido oposto. Assim, o que é reivindicado na biografia do *Twitter* do ex-Ministro Weintraub é justamente o direito de publicar o que quer que seja – conteúdos de natureza machista, racista, negacionista, LGBTIfóbica – sem ser responsabilizado por isso. Afinal, ele encena, por meio dessa frase, o simulacro de vítima, ocultando seu protagonismo enquanto sujeito emissor do discurso de ódio.

É como se sua performance promovesse um ajuste de contas com o novo estilo de ação política minoritária, desde a apropriação da sua característica autoafirmação e insubordinação às regras impostas. O modelo subjetivo hegemônico da masculinidade branca cis-heterossexual, recalcado pelas críticas sofridas nos últimos tempos, ressurgiu agora como heroísmo martirizado: apoiado na ideia de “liberdade de expressão”, o ex-Ministro transparece o rancor que mobiliza a vingança, através das armas do inimigo.

Vale notar que esse processo implicará uma política educacional igualmente rancorosa, pouco propositiva, centrada na lógica reativa que mobilizou todo o esforço empreendido no apagamento sistemático de qualquer avanço minoritário, marca da sua atuação ministerial. Para tanto, fez-se urgente a desqualificação das ciências humanas, conforme expresso na Figura 9:

Figura 9 – Tuíte com referência às ciências humanas (2)



Fonte: *Twitter*

Essa lógica reativa culminará em um gesto carregado de forte simbolismo, numa espécie de *gran finale* de todo ressentimento: a publicação da Portaria nº 545/2020, em 18/06/2020, já citada anteriormente, pouco antes de sua saída do Ministério da Educação, a qual pretendia revogar a política de cotas para estudantes negros, indígenas e pessoas com deficiência em cursos de pós-graduação. Neste ponto, é inevitável admitir que o bolsonarismo reconheceu a importância do campo educacional, decidindo travar nele uma de suas batalhas mais incisivas.

Ao empreender sua energia no apagamento sistemático do legado progressista que a antecede, a política educacional bolsonarista replica a estratégia do cancelamento – também característica de grupos minoritários que boicotam empresas, artistas, ou mesmo sujeitos que cruzam o limite do politicamente correto. Deixando de consumir seus produtos ou simplesmente parando de seguir suas contas, nas redes sociais, tais grupos eclipsam o vulto desses sujeitos, forçando-os

a uma revisão de suas atitudes, ao preço de caírem no ostracismo, em esquecimento.

No caso do Ministério da Educação, as incessantes tentativas de desqualificação e apagamento do legado de Paulo Freire, paralelamente às políticas sociais e de reparação racial, de gênero, entre outras, denotam uma vez mais a fixação rancorosa que motiva essa vingança levada a cabo com as armas do inimigo. Ao mesmo tempo, inflacionam a figura de Weintraub enquanto anti-herói martirizado, numa reorientação da ideia de justiça, aproximando-o de um modelo de celebridade cibernética em ascensão, o *troll*:

Ao lado de bases políticas convencionais nas bancadas da bala, da Bíblia e do boi, uma força até então pouco conhecida pelas ciências sociais mostrou-se essencial na condução de um inexpressivo deputado extremista, misógino, militarista e homofóbico à presidência da República: o Partido dos Trolls. A principal operação retórica da trollagem de internet é a ambiguidade: raramente se determina se o que está sendo dito é sério ou não – e isso garante denegabilidade automática caso o enunciado seja questionado ou desmentido, além de oferecer o humor necessário para manter a atenção do espectador/leitor no mundo volátil das redes. A extrema-direita se tornou fluente nessa língua num contexto no qual sua agressividade era retroalimentada pela cultura do cancelamento na esquerda. Foi nessa dinâmica que o bolsonarismo conquistou o domínio das redes sociais (AVELAR, 2020, s/p.) .

Ao se deter sobre *trollagem* (ação dos *trolls*), no contexto do uso de *memes* na internet, Barreto (2015) identificou tais práticas como parte de uma ritualística empregada na construção de um *ethos* que legitima a participação de determinados membros, em uma comunidade virtual. Assim, por meio de brincadeiras por vezes agressivas e enganosas, o *troll* pode gerar conflito para entreter – ainda que sua motivação nem sempre seja perceptível, à primeira vista.

Na Figura 10, podemos ver o ex-ministro usando um modelo de óculos de sol alegórico e muito popular, sendo vendido por camelôs, diversos *sites* e lojas de departamento. Esse acessório, o qual faz menção a um *meme* conhecido por *Turn down for what?*, expressão que poderia ser traduzida livremente como “pegar leve para quê?”, remete diretamente ainda à música de mesmo nome, lançada em 2013, pelos artistas DJ Snake e Lil Jon. Quanto ao *meme* evocado, a imagem óculos de sol costuma surgir em cenas nas quais o protagonista demonstra sua superioridade sobre os demais, deixando atônita a audiência. Ao final da cena, os óculos descem sobre o rosto do protagonista, como se coroassem sua lacração – expressão popular, utilizada em sua origem por pessoas LGBTIs, para qualificar situações nas quais alguém se porta de forma vitoriosa, deixando as outras sem palavras.

No que diz respeito à referida imagem, os óculos foram usados no encerramento de uma entrevista coletiva concedida em 18 de outubro de 2019, na qual o Ministério da Educação anunciou o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. Ao final da coletiva, o ex-ministro pronunciou a frase *Abe is out*, explicada no tuíte, para depois soltar o microfone, deixando-o cair ao chão – numa referência à expressão *drop the mic*, também relativa ao ato de lacrar.

Figura 10 – Tuíte com referência a *trollagem*



Fonte: *Twitter*

Por meio desse tipo de performance, Weintraub capitalizou o impacto de sua subversão na rede social, numa simbiose entre sua figura pessoal e o Ministério da Educação. *Trollando*, lacrando ou cancelando, ele atuou numa reparação da defasagem ou mesmo obsolescência do sujeito de ultradireita, ante as inegáveis transformações impulsionadas por movimentos progressistas, origem de todo rancor. De forma messiânica, é como se pudesse conferir conforto às subjetividades órfãs de um mundo de certezas, ao reacender valores ratificados pela colonialidade – no que diz respeito à hegemonia branca, masculina, cis-heterossexual e cristã –, rapinando o repertório performativo da esquerda, na ausência de um próprio.

7. O vice-líder e a massa: considerações finais

Podemos verificar que o ex-Ministro da Educação é um dos vice-líderes do bolsonarismo, no governo. Sua *performance*, que adota elementos de memetização e *trollagem*, se alinha a uma discursividade muito própria das redes sociais, costumeiramente utilizadas por um público bastante conectado com a cultura *pop*, em geral público adolescente. Seu papel de vice-líder não chega a interferir nos rumos do movimento bolsonarista, todavia, evidentemente, atua como uma espécie de animador do grupo. Seria talvez conveniente usarmos a metáfora de líder de torcida, para sua atuação, fazendo referência a *cheerleader*, posição importante nos times de futebol americano, cuja função é agregar e manter o apoio devidamente engajado. Ao analisarmos suas estratégias discursivas que se entrelaçam com as estratégias bolsonaristas de ação (sobretudo nas redes) (CESARINO, 2019), identificamos como e quando discursos são evidenciados ou não, expondo interditos ou rejeições (FOUCAULT, 2017), sempre com o sentido de inverter as acusações aos opositores do bolsonarismo.

O impacto dessa discursividade na política educacional do MEC ficou bastante nítido. O bolsonarismo se fez presente não somente nas redes, argumentando e defendendo, por meio de seu vice-líder em comunicação direta com a massa de apoiadores, mas também nas políticas orçamentárias para a deslegitimação das ciências humanas e das artes, tendo enfoque principal na deslegitimação das Universidades e Institutos Federais. A negação do racismo, a afirmação de valores cristãos relacionados às dimensões de gênero e sexualidades foram igualmente presença importante, tanto na conta de *Twitter* do ex-Ministro quanto nas práticas de sua gestão: Universidade é lugar de balbúrdia e Ciências Humanas e Artes são gastos excessivos.

Sua gestão se legitima por essa via de comunicação direta, apoiada por uma *performance* rancorosa que se apropria, como toda prática colonial, de elementos dos movimentos sociais mais contestadores – nesse caso, mais especificamente, no que concerne ao ciberespaço. Com essa comunicação, o Ministério esfumaça os poucos passos dados na gestão, no sentido da implementação de planos plurianuais de Educação, como, por exemplo, o Plano Nacional de Educação, o qual seria um importante norte para a atuação dos governos, garantido constitucionalmente. Ao deslegitimar Paulo Freire, outros autores e o conhecimento por eles produzido, propõe a centralidade das pautas de costumes, que respondem aos anseios de uma das principais estruturas fundantes do bolsonarismo: a moral cristã. O Ministério não tem nada de laico e nem de adulto: com apropriações juvenis e moralizantes, deslegitima, inverte, se ressentido, ataca, apenas rejeitando e interditando discursos dissonantes, levando-o, como referido, inclusive a figurar entre réus de processos judiciais.

O ex-Ministro, em seu último suspiro, faz um esforço de revogação de políticas de cotas, abre uma bandeira do Brasil e segue para o exterior. O bolsonarismo continua no poder e as implicações para a educação são inúmeras, algumas das quais discutidas aqui, o que nos leva a crer que não se pode subestimar a relação íntima do bolsonarismo com as redes sociais.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.38, n.1, p. 185-213, jan.-abr. 2019.
- AVELAR, Idelber. O bolsonarismo e o Partido dos Trolls. **Revista Cult**. São Paulo, n.258, jun. 2020, s/p. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-bolsonarismo-e-o-partido-dos-trolls/> . Acesso em 10 jun.2020.
- BARRETO, Krcia Helena. **Os memes e as interações sociais na internet**: Uma interface entre práticas rituais e estudos de face. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2015. 147 fls.
- BARROS, Ronaldo Crispim Sena. Bolsonaro: o racismo fora do armário. In: AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de; POCHMANN, Sérgio (Orgs.). **Brasil**: incertezas e insubmissão? São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019, p. 421-439.
- CESARINO; Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 62 n. 3, p. 530-557, 2019.

GUIMARÃES, R. S.; BRAGA, C. *“Meu twitter, minhas regras”: as pautas de costumes na educação bolsonarista*.
Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume I. Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, Ago. 2014.

GUIMARÃES, Rafael. Moquecar (n)a pandemia. *Pandemia Crítica*, n-1 edições, n. 11, maio 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/071>. Acesso em 10 jul 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, set.-dez. 2018.

LIONÇO, Tatiana. Feminista, demoníaca, professora, psicóloga, inimiga pública. In: GUIMARÃES, Rafael Siqueira de et. al. (Orgs.). **Gênero e Cultura**: perspectivas formativas, vol. 3. Itapetininga: Hipótese, 2019, p. 79-97.

MUNANGA, Kabenguele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan.-abr. 2020.

RIBEIRO, Guilherme. Entre armas e púlpitos: a micropolítica do bolsonarismo. **Revista Continentes (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 16, p.463-485, 2020.

ROMANCINI, Richard. “vamos tirar a Educação do Vermelho”: o Escola Sem Partido nas redes digitais. **E-compós**, Brasília, v.21, n.1, p. 1-28, jan.-abr. 2018.

SILVA, Emanuel Freitas da. Os direitos humanos no “bolsonarismo”: “descriminalização de bandidos” e “punição de policiais”. **Conhecer**: Debate entre o Público e o Privado, Fortaleza, n. 22, p.133-153, 2019.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da; OLIVEIRA, Ana Paula Santos de; SANTOS, Simone Natividade. Os ataques à Universidade e a defesa da educação: trajetórias de sentidos em diferentes posições-sujeitos. **Crítica Cultural**, Palhoça, v. 14, n. 2, p. 193-208, jul.-dez. 2019.

SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. **Análise**, São Paulo, n.42, 2018, p. 1-29.

VALIM, Patrícia; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. “Quanto mais purpurina melhor”: questões de gênero e sexualidade no Brasil do governo Bolsonaro. In: AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de; POCHMANN, Sérgio (Orgs.). **Brasil**: incertezas e insubmissão? São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019, p. 401-420.

Contribuição dos autores

Autor 1: Participação na concepção do trabalho, discussão dos resultados, escrita e revisão final.

Autor 2: Participação na concepção do trabalho, discussão dos resultados, escrita e revisão final.

Enviado em: 15/julho/2020 | Aprovado em: 28/agosto/2020